

A ação urgente contra o déficit

A Previdência Social e os juros da dívida deverão custar este ano perto de R\$ 100 bilhões ao governo. São esses dois itens os responsáveis pela parte do leão do déficit fiscal. Sem reduzir essas despesas para níveis civilizados, não se conseguirá baixar o déficit para os 3% do PIB, no máximo, que é o objetivo visado.

Não se resolverá nenhum desses problemas de um dia para outro, mas, apesar disso, pode-se começar, desde logo, cortando alguns bilhões de dólares de outros gastos. Este corte é exequível tanto na administração federal quanto nos governos de Estados e municípios. É possível, portanto, avançar imediatamente no trabalho de arrumação das contas públicas, e para isso o presidente Fernando Henrique Cardoso lançou, no discurso de quinta-feira, uma convocação nacional. A tarefa é urgente e a escolha é restrita, se se quiser evitar o desastre financeiro e o retrocesso à desordem econômica: "Se não formos capazes de reduzir as despesas com a velocidade e no volume necessários, como estamos propondo, talvez sejamos obrigados a uma discussão aberta sobre aumento de impostos", disse o presidente. A mensagem é clara e nenhuma pessoa responsável tem o direito de ignorá-la. Mesmo porque, numa discussão sobre o problema, qualquer pessoa responsável tem de ser in-

transigentemente contra qualquer aumento de impostos.

O presidente fixou um compromisso de ajuste fiscal para os próximos três anos. O compromisso leva sua marca pessoal, sem dúvida, mas, seja quem for o eleito na votação deste ano, terá de enfrentar o mesmo desafio: o problema é objetivo e incontornável, cresceu e complicou-se ao longo de muito tempo e nenhum governante poderá desconhecê-lo – exceto para conduzir o País a um desastre.

A meta central é obter, ao longo dos próximos três anos, crescentes superávits primários, isto é, sem contar os juros. Com esse resultado, deverá ser possível conseguir a estabilização da relação entre dívida pública e Produto Interno Bruto (PIB). Se o trabalho de ajuste for conduzido com seriedade e eficiência, o governo terá maior facilidade para financiar seu débito e os juros tenderão a cair. Se tudo avançar na direção correta, um círculo virtuoso será iniciado, com crescimento econômico, aumento da receita fiscal e maior investimento realimentando a expansão.

O presidente indicou as tarefas imediatas. Algumas delas devem ser executadas a partir do tra-



lho da Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF), criada no início do mês. "Suas primeiras reuniões", disse FHC, "demonstraram seu potencial e sua força". Os primeiros cortes propostos foram além dos US\$ 4 bilhões inicialmente previstos. Ninguém sabe quanto se pode economizar pela melhor gestão do gasto – mesmo quando se trata de rubricas obrigatórias. O governo paulista deu um bom exemplo de como se pode ganhar, começando

com a revisão das compras de bens e serviços a partir de 1995. Com a classificação e a padronização de preços, ponto de partida para um cadastro com valores unitários e nomes de fornecedores, foi possível cortar R\$ 1 bilhão das despesas de custeio. Esse ganho se tornou permanente. Utilizada com imaginação e competência, a eletrônica pode proporcionar controles eficientes e vantagens financeiras consideráveis – além de permitir a mudança de padrões administrativos.

Freando a liberação de crédito a Estados, como propôs a CCF, será mais fácil induzir os governadores a melhorar seus padrões de gastos.

O presidente pediu aos deputados a aprova-

ção, ainda neste ano, da reforma da Previdência, já sacramentada no Senado. O Executivo também poderá enviar ao Congresso, até o fim do ano, projetos para regulamentar a reforma administrativa. Um programa de ajuste fiscal para os próximos três anos poderá ser mandado ao Parlamento antes de 15 de novembro. A discussão política será provavelmente difícil, mas, se o Congresso converter em lei as metas fiscais, mesmo que somente a de cada ano, o governo terá um poderoso instrumento de ação.

Pode-se cortar gastos desde já, mas o ajuste só será possível com a conclusão das reformas

Não se pode mais adiar o ajuste, insistiu o presidente. Os números divulgados a cada mês reforçam essa exigência. Até agosto, o INSS teve um déficit de R\$ 3 bilhões. No mesmo período, a previdência dos funcionários acumulou um déficit, só no governo federal, de R\$ 11,51 bilhões, R\$ 1,6 bilhão a mais que nos mesmos meses de 1997. Este é o maior problema financeiro da administração pública. Para resolvê-lo – tarefa imperativa –, será preciso vencer a robusta defesa de privilégios e de interesses corporativos.